

CÂMARA MUNICIPAL
DA
COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 1/2014

Da reunião ordinária privada realizada no dia 10 de Janeiro de 2014, iniciada às 09:09 horas e concluída às 12:12 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	11
Agenda	11
Aprovação de Actas	11
Balancete	11
Despachos	12
DAG	13
DOP	24
DL	30
DGU	31
DEASS	32
DCJD	33
Aprovação em minuta	35
Votação das deliberações	35
Encerramento	35
Montante Global dos Encargos	35

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

ABERTURA

ACTA Nº 1/2014

No dia dez do mês de Janeiro do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária privada da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Vitor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Nelson António Mendes da Silva, Jorge Manuel Torrão Nunes e José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente cumprimentou todos os presentes, desejando um Bom Ano de 2014, fazendo votos de que seja um ano de realizações pessoais, profissionais e familiares, bem como para a nossa cidade e para o nosso concelho.

Referiu que se estão a reunir numa nova sala, motivada por uma reorganização interna, mais funcional e condigna.

Solicitou aos Senhores Vereadores para serem contidos nas suas intervenções, para as reuniões não se alongarem demasiado, apesar do debate ser sempre positivo, concedendo 10 minutos a cada intervenção conforme o estipulado no Regimento Interno da Câmara.

Apresentou o Senhor Vereador Jorge Torrão, dando-lhe formalmente as boas vindas ao Executivo, pelo lugar que assumiu, na sequência da renúncia ao mandato da Senhora Doutora Paula Simões.

Apresentou, de seguida, algumas informações ao Órgão, que se transcrevem:

“- Dar conta da instalação da Junta de Freguesia do Tortosendo que finalmente chegou a acordo, normalizando a vida democrática da Freguesia, que apresentava até à data algumas dificuldades, prevalecendo o consenso.

- Estive reunido com a Senhora Gestora do POVT, relativamente ao projecto da barragem das Penhas da Saúde. Fiz-me acompanhar do Senhor Eng.º Calmeiro, e queria dar-vos nota que nessa reunião, não obstante já termos ultrapassado os três sucessivos prazos que nos foram concedidos para a consignação da obra, fui mais uma vez apelar no sentido de que, caso nos próximos dias, até ao final deste mês, consigamos ultrapassar as dificuldades que se nos deparam, que ainda assim nos concedesse a possibilidade de consignarmos a obra, para avançarmos. Porém, as dificuldades são mais que muitas e os obstáculos continuam a existir: temos a Providência Cautelar que ainda não teve decisão; temos a queixa da Quercus na União Europeia; e agora temos outra dificuldade: as entidades responsáveis pelo Ambiente vêm exigir que se faça um estudo de acompanhamento do ciclo mínimo de vida da fauna existente naquele local. É pois mais um entrave que temos neste dossiê. Contudo, prevendo as dificuldades e pretendendo nós, até à última oportunidade, lutarmos pelo entendimento, defendi a consignação parcial do projecto. O projecto, como sabem, não é só a barragem, são também as condutas, ao túnel e aos seis depósitos; foram-me apontadas algumas dificuldades, designadamente de natureza jurídica que tem a ver com o direito da concorrência, basicamente com o argumento de que pode existir oposição por parte de empresas que agora podem vir dizer: “se nós soubéssemos que esta era uma obra de 10 milhões teríamos concorrido!” A Senhora Gestora do POVT disse-me que tenha redobradas cautelas e muitos cuidados relativamente a este dossiê, porque ele vai ser escrutinado, vai ser visto à lupa, ao microscópio por parte da União Europeia e até vou citar o que ela me disse: “A Comissão Europeia está desconfiada porque a Somague é accionista da Águas da Covilhã, e há uma queixa nesse sentido, e o Tribunal de Contas e a Comissão Europeia vão analisar, vão escrutinar ao milímetro todo este projecto, porque existe esta queixa e esta desconfiança.” Contudo, face a esta dificuldade, fiz ver à Senhora Gestora que nós não estamos agarrados a nenhum concurso em especial, a nenhuma empresa em particular, e que lançaríamos um concurso público, caso nos fosse concedido essa oportunidade. Ficou de analisar com a equipa que estava presente na reunião, e tentar que nos próximos dias pudéssemos reunir com o Senhor Ministro do Ambiente, que terá também uma decisão política importante.

- No âmbito da dinamização e revitalização do Centro Histórico da nossa cidade, designadamente na zona envolvente da Praça do Município, estamos a encerrar

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

negociações com a família Pina Bicho, no sentido de arrendarmos o espaço agora deixado pelo Millennium BCP, felicitando o Senhor Vice-Presidente que tem conduzido este dossiê com grande dedicação e afinco, que teve a ideia de ali criarmos uma réplica do antigo “Montalto”; será uma forma de trazer mais gente para aqui e de injectar mais dinheiro na nossa economia local e instalarmos, ao lado, o Posto de Turismo da Covilhã. Nós fomos a terceira cidade da região mais visitada nesta quadra, nomeadamente na passagem de Ano e isso diz bem da importância e da estratégia que temos que concertar, com vista ao aprofundamento do dossiê relacionado com o Turismo. No sentido de inverter o despovoamento do Centro Histórico, é mais um contributo que temos para evitar que isso aconteça.

- Felicitar o Senhor Vereador Dr. Jorge Torrão e a Doutora Paula Simões, pelo facto de a Feira de Natal ter sido um sucesso que, apesar das adversas condições climatéricas, foi um evento com muito impacto que teve a correspondência por parte dos Covilhanenses, em termos de visita e de compra.

- Ainda sobre o Turismo e porque é uma obra que queremos concluir, porque é um péssimo cartão-de-visita o edifício que ali está tapado com plásticos à entrada da Covilhã, e porque há fundos comunitários afetos à construção desta estrutura, queremos que ali funcione, em complementaridade com o Posto de Turismo aqui localizado no centro, um sítio onde agradeçamos aos nossos visitantes, com placas identificativas do local, com a existência de produtos regionais, com artesanato, com informação turística, aproveitando a estrutura e os fundos comunitários; criar ali uma zona de estacionamento.

- A Escola Secundária Campos Melo faz hoje 130 anos; no passado domingo a Casa da Covilhã comemorou 85 anos e no mesmo dia a Filarmónica Carvalhense comemorou o 106.º aniversário e pelo facto de serem três importantes associações da Covilhã, queria apresentar as nossas congratulações e felicitá-las pelo seu aniversário.

O Senhor Vereador Nelson Silva cumprimentou os presentes e desejou um Bom Ano de 2014, com muita saúde, para todos.

Apresentou, em primeiro lugar, um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo, porque a instalação da Junta era um anseio muito grande, era uma situação insustentável e que de facto, estão de parabéns.

Chamou a atenção para algumas situações, que também já apresentou por e-mail ao Senhor Presidente, designadamente:

- o problema existente na Escola Primária do Dominguiso, com gravíssimos problemas de infiltrações, humidades nas paredes, da água que cai do tecto em cima dos equipamentos, do soalho podre, com equipamentos didácticos obsoletos, os equipamentos da rua já foram retirados por falta de segurança, bem como um problema grave de infestação de ratos que coloca em perigo a saúde das 70 crianças que frequentam a escola e que é um edifício propriedade da Câmara Municipal da Covilhã; apelou para a resolução do problema, que não pode acontecer nos tempos de hoje;

- solicitou à Câmara para que rapidamente fosse definido o apoio a atribuir à Junta de Freguesia do Dominguiso, para o arrendamento que tem do Posto Médico, no valor de 450,00 € (recebe um subsídio mensal da Câmara no valor de 250,00 €), porque estamos num Novo Ano e era importante que isto se resolvesse para que se possa assegurar o funcionamento do Posto Médico;

- existe a necessidade de se instalar um ecoponto junto do Restaurante “O Marinheiro”;

- a mina que abastece o fontanário público teve um desabamento o que provoca problemas quer no abastecimento da água, quer nas condições de segurança da própria mina, solicitando a ajuda necessária para a resolução do problema;

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

- na freguesia do Ferro existe uma casa em ruína que está a causar problemas graves, que obrigou ao encerramento da Rua Oliveira Dias, considerando que o assunto deve ser resolvido rapidamente, bem como a reparação de diversos caminhos que se encontram intransitáveis devido às chuvas que têm caído;
- na Freguesia de Sobral de S. Miguel existem problemas financeiros que estão a limitar, por exemplo, a recolha do lixo na Freguesia, por falta de dinheiro para adquirir gasóleo para o tractor; existe ainda o problema da falta de placas toponímicas, que tem criados problemas aos CTT, que estão a devolver a correspondência, criando problemas graves às pessoas;
- o problema financeiro da ADE continua a agravar-se pelo que sugere que a Câmara antecipe o pagamento do Protocolo celebrado com a ADE, no valor de 150.000,00 € e que, junto da Caixa de Crédito Agrícola, utilizando o seu “peso institucional”, acorde um período de carência sobre esse empréstimo já financiado, injetando assim o valor na tesouraria da associação, para que se pudesse pagar aos fornecedores de investimento; por outro lado a ADE não gere receitas próprias, para assegurar a sua actividade corrente, sem o apoio da Câmara, pelo que propõe que o protocolo de 4.500,00 € mensal seja renovado com a maior brevidade possível, para que seja possível manter a actividade corrente da associação.

De seguida interveio o Senhor Vereador Joaquim Matias, desejando a todos os presentes um Bom Ano de 2014, felicitando e manifestando o seu apoio e disponibilidade ao Senhor Vereador Jorge Torrão, no âmbito das funções agora assumidas.

Apresentou um documento, que fica apenso à acta, no qual manifesta que, “quanto ao espaço não faço qualquer comentário, uma vez que foram os Senhores que ganharam as eleições e tem toda a legitimidade para fazer essa gestão. Quanto às vinte e sete fotografias daqueles que serviram o concelho da Covilhã desde 1900, até aos dias de hoje e que foram colocadas num corredor, quanto a mim, revela uma nítida falta de respeito e falta de sentido de gratidão para com todos eles. Não podemos esquecer, que todos eles serviram o concelho e deram o seu contributo para que o concelho hoje seja o que é.”

Apresentou requerimento ao Senhor Presidente solicitando o fornecimento de uma listagem do número de cabazes de Natal, bem como das famílias contempladas pelos mesmos, documento que fica apenso à acta; requereu ainda uma cópia certificada dos processos da PT e sobre a reposição de vencimentos pagos indevidamente a uma funcionária destacada na RUDE; solicitou que fosse de novo agendada a sua proposta sobre o Espaço das Idades.

Relativamente ao Posto Médico do Dominguiso disse que a situação mais preocupante é a de os utentes deste Posto Médico, aguardarem desde as 06:00 horas, ao vento e à chuva por uma consulta médica, que não tem sequer uma sala de espera; existe uma sala ao lado do Posto Médico que se poderia disponibilizar para ali ser criada uma sala de espera, com condições condignas para as pessoas que ali aguardam pelas consultas.

Sobre as questões colocadas, pelo Senhor Vereador Nelson Silva, relativamente às Juntas de Freguesia disse que é curioso tratarem-se de Freguesias que apoiaram a sua candidatura à Câmara da Covilhã, afirmando que deverão apoiar todas as Freguesias do concelho e não A ou B individualmente; sobre a ADE disse que já foi Presidente da Direcção daquela associação, que lhe tem um carinho muito especial e que têm sido alimentadas, ao longo destes últimos tempos, esperanças “vazias”; foi feito um investimento que não foi devidamente calculado e agora temos que arranjar mecanismos para resolver esta situação, para bem da Associação e fundamentalmente, para bem das crianças que ali são formadas; manifestou a sua disponibilidade total para dar os contributos necessários, para a resolução

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

de um problema que nos preocupa a todos; a qualquer momento a Associação irá fechar, até porque tem um processo disciplinar instaurado pela Associação de Futebol de Castelo Branco, que poderão prejudicar todas as actividades desportivas ali desenvolvidas.

Sobre a barragem disse que não deseja ser pessimista, mas as informações dadas pelo Senhor Presidente, não são as melhores, ficando muito preocupado, porque a barragem é fundamental para a Covilhã, para a região e para o país.

Referiu ainda sobre a obra do Turismo, que espera que ela tenha uma solução rápida, que é um péssimo cartão-de-visita para quem chega à nossa cidade.

Interveio, de seguida, o Senhor Vereador Pedro Farromba que desejou um Bom Ano a todos os presentes e felicitou o Senhor Vereador Jorge Torrão pelo início das suas funções, questionando quais os motivos que levaram à demissão da Senhora Doutora Paula Simões do executivo.

Apresentou as seguintes questões:

- sobre as Freguesias, questionou quando será feito o pagamento da 2.^a tranche do gasóleo das Escolas;
- sobre a Escola Municipal de Natação, referiu que a Piscina esteve encerrada durante um longo período, questionando quais os motivos que levaram ao seu encerramento e se já está ou não em funcionamento;
- sobre a barragem referiu que tem alertado sucessivamente para esta questão, que é um problema que o preocupa e que são cada vez mais os entraves existentes, sendo necessário uma “voz firme” e uma “mão forte” por parte da Câmara para a concretização da obra; reiterou a sua disponibilidade para ajudar no que for necessário, por considerar uma obra essencial para o futuro do concelho, uma forma de podermos fornecer água aos Municípios vizinhos, constituindo uma fonte de receitas, para além de se aproveitarem os fundos comunitários, criar novos empregos, criar um novo ecossistema na serra, etc.
- questionou finalmente, quem serão os membros do executivo que farão parte dos Conselhos de Administração da ADC e da ICOVI.

O Senhor Vereador José Pinto cumprimentou os presentes a quem desejou um Bom Ano de 2014; lamentou a saída da Doutora Paula Simões e felicitou o Dr. Jorge Torrão pelo início das suas novas funções como Vereador da Câmara Municipal da Covilhã.

Apresentou as seguintes questões ao Executivo:

- o estado das estradas que estão em péssimas condições, com muitos buracos, em vários locais da cidade e nas freguesias;
- as escolas estão degradadas, com péssimas condições para as crianças e para os docentes que lá trabalham;
- sobre o apoio à Associação de Deficientes disse que gostava de ver concretizadas as promessas feitas a esta associação, que é um apoio justo e urgente;
- em relação à ADE questionou qual foi a instituição no concelho que recebeu 2,5 milhões de euros de apoios, quando existem necessidades mais urgentes como as escolas e a habitação social, com os problemas gravíssimos por resolver; temos na Covilhã uma “mania das grandezas”, das obras megalómanas que criam problemas às instituições e, obviamente, ao Município. Afirmou que deve ser mantido o funcionamento como Escola e quem fez as despesas e as assumiu, que as resolva e pague;
- sobre a habitação social questionou sobre a existência ou não das brigadas de intervenção e sobre o que já foi feito e tratado;

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

- em relação à barragem afirmou que é também uma questão de “grandeza”, que alguém teimou que tinha de ser construída naquele local e agora o Município tem mais um problema para resolver;
- congratula-se com o facto da Freguesia do Tortosendo ter resolvido o impasse existente, alertando para a tentativa de boicote na Freguesia da Boidobra, depois da instalação da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, querendo que o processo de instalação seja repetido novamente, por meros interesses pessoais;
- relativamente ao Conselho de Administração da ADC questionou se existe já alguma coisa definida relativamente aos custos da água, das taxas a aplicar, porque iniciou-se um novo ano económico e as pessoas precisam de saber o que irão pagar; existem famílias carenciadas que poderíamos apoiar no pagamento das suas facturas da água, bem como aos desempregados e aos beneficiários do RSI, poderiam ter também os benefícios que existem para os utentes do Cartão Social Municipal.

O Senhor Vereador Nelson Silva referiu ainda que, em primeiro lugar, é necessário pagar a renda do Posto Médico do Dominguiso, para se poder ter o edifício para o seu funcionamento, o fundamental é assegurar o funcionamento do mesmo; sobre as Juntas de Freguesia, afirmou que as questões que referiu são das Freguesias onde começou a fazer visitas para se inteirar dos problemas existentes, mas irá visitar outras de acordo com a sua disponibilidade; sobre a ADE reforçou o que já tinha dito, que não se está a pedir mais nada, uma vez que as verbas já estão afetadas, apenas sugeriu que fosse feita uma antecipação das mesmas e tentar junto de uma instituição bancária resolver o problema, que sem apoio não conseguem resolver o problema. É uma construção de 1994, anterior ao Complexo Desportivo da Covilhã e por isso não é uma obra megalómana.

O Senhor Vereador Joaquim Matias acrescentou ainda, sobre a Junta de Freguesia do Dominguiso e após a instalação da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, foi repetida a instalação, “dando o dito, pelo não dito”, solicitando que o Senhor Presidente da Câmara procurasse saber o que se passou; em Aldeia do Souto e Vale Formoso contemplaram, no sistema rotativo, todas as forças políticas concorrentes, o que não aconteceu no Tortosendo, onde houve uma discriminação em relação a um candidato.

Tomou de seguida a palavra o Senhor Presidente que agradeceu as intervenções dos Senhores Vereadores, às quais respondeu que o problema da Escola, do Posto Médico, dos caminhos, dos parques infantis, do gasóleo, são preocupações universais que “tentaremos resolver o quanto antes”; sobre a ADE disse que “é um *dossier* escaldante que herdámos, porque a forma como a poderemos ajudar pode criar precedentes, em relação às outras associações, que não queremos tratar de forma desigual. A associação tem uma dívida colossal e em relação aos compromissos assumidos, iremos tentar, da forma mais racional, fazer face ao mínimo, para que possa funcionar e exercer a nossa influência sobre a Caixa de Crédito Agrícola, para a injeção de tesouraria necessária”.

Relativamente às Juntas de Freguesia da Boidobra e do Dominguiso, “desejo que as situações já estejam normalizadas” e sobre a Freguesia do Tortosendo disse que foi dada toda a colaboração possível, não influenciando nas decisões, e que se obteve uma solução democrática.

Respondeu ao Senhor Vereador Joaquim Matias dizendo o seguinte: “ Fico perplexo com o seu requerimento, porque pensava que o Senhor vinha saudar o facto dos meus ilustres antecessores estarem num sítio digno e acessível ao povo, na parede fronteira à entrada do Salão Nobre, a nossa sala de visitas; existe também na Assembleia Municipal, que saudei,

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

os retratos dos antigos Presidentes da Assembleia Municipal, estão, também, numa zona de passagem, onde o povo vai assistir às sessões; as fotografias estavam numa sala onde só alguns cidadãos da Covilhã conseguiam aceder, porque nem todos se reuniam naquela sala, ao passo que, sempre que haja cerimónias e que algum cidadão queira visitar, sem impedir um normal andamento de uma reunião, tem oportunidade de demoradamente os ver e analisar; é nossa intenção, no 25 de Abril, dar ainda mais visibilidade a esta galeria de fotos, com iluminação, com um mural, porque comemoramos Abril e comemoramos a democracia; confesso com todo o apreço que tenho pelo Senhor Vereador que fico perplexo com essa sua reprovação e não subscrevo a sua opinião.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias questionou: “quando até eleitos são impedidos de subir ao edifício, como é que é possível vir com a argumentação de que o povo vê as fotos, numa zona de passagem? O Senhor Presidente é que devia aplaudir a minha sugestão e concentrar essas fotografias numa sala tipo museu, aberto a todos os Municípios.”

O Senhor Presidente tomou de novo a palavra e respondeu que o sítio onde estão as fotografias é de certeza o sítio mais frequentado pelos nossos concidadãos, não só em cerimónias públicas, como em outras ocasiões.

Relativamente à renúncia de funções da Doutora Paula Simões, disse que todos lamentam a sua saída, que foi uma escolha que ela fez, que aduziu as razões publicamente, da sua vida pessoal; saudou o excelente trabalho que desenvolveu enquanto exerceu as suas funções de Vereadora e que irá continuar a colaborar com o Executivo, em vários projectos que estão em curso.

Sobre a barragem disse que foi bastante claro no que transmitiu e que não trouxe da reunião um não irreversível, pois o projecto não é só a barragem, é também um conjunto de infra-estruturas anexas, que poderão avançar de imediato, se não for possível avançar com a barragem agora, tentaremos manter pelo menos o projecto e insistir junto do Governo o interesse na sua construção, candidatando-nos ao próximo quadro comunitário de apoio; este projecto não vive só de diplomacia, também vive de dinheiro; gostaria de ter visto o Senhor Vereador Joaquim Matias, não a reprovar a colocação de retratos num local acessível ao povo, mas sim reprovar a atitude condenável do PSD e do CDS-PP, na Assembleia da República, que se opuseram à finalização das obras e à reabertura do troço da linha da Beira Baixa, entre a Covilhã e a Guarda ou congratular-se com o facto do projecto feito pela nossa conterrânea Ângela Pires, ter sido um dos dez melhores projectos, ao nível da Industria Criativa, que saudamos pela boa classificação do seu projecto.

O Senhor Vereador Joaquim Matias acrescentou ainda, sobre a linha da Beira Baixa, que existe uma petição pública, relativamente ao troço Covilhã-Guarda, depois da votação em Assembleia da República, que é um facto público; que irá mostrar o seu descontentamento, pessoalmente, ao Senhor Primeiro Ministro e que está a fazer diligências, junto de um dos Administradores da REFER, para que este impasse se possa resolver; tem criticado este não investimento, como criticou no passado o passeio realizado na linha do caminho-de-ferro, entre a Covilhã e a Zona Industrial do Canhoso, que não resolveu o problema da reativação do troço: “não me revejo em comportamentos dessa natureza, e não me revejo naqueles deputados, que têm o cumprimento do dever da lealdade para com o povo, na Assembleia da República. Os deputados devem votar de acordo com os interesses da região, para os quais foram eleitos.”

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

O Senhor Presidente agradeceu os contributos do Senhor Vereador Joaquim Matias, mas aqui prevalecem as vontades políticas, pois se não houver vontade política do Senhor Primeiro Ministro, que sabemos que é contrária, não se poderá resolver o problema favoravelmente.

Interviu de seguida o Senhor Vereador Jorge Torrão, agradecendo as palavras de boas vindas ao Executivo, afirmando ser um orgulho trabalhar neste Órgão e que todos poderão contar consigo, com o seu apoio e lealdade.

Relativamente à Piscina Municipal referiu que existem problemas na circulação de ar e todo o mecanismo de apoio ao aquecimento da água, está em dificuldade, constatando *in loco* que não tem sido feita a devida manutenção do equipamento, nem existe um livro da manutenção mecânica do mesmo, o que dificulta o nosso trabalho; “o produto final tem mais qualidade se nós tivermos o cuidado de cuidar e controlar os equipamentos; têm existido sucessivos problemas e entraves técnicos, salvaguardando a imagem do Município, dando conhecimento aos utentes da situação; não foi encerrada a Piscina Municipal, apenas foram canceladas as aulas dirigidas, o regime livre manteve-se em funcionamento.”

Alertou ainda que o sistema de aquecimento de água, no Complexo Desportivo, está a funcionar há mais de dois anos, com um alternativo e não o principal, tal como no Arquivo Municipal, que existem inúmeros problemas com infiltrações, existindo gabinetes onde é necessário apanhar a água que cai do tecto, com baldes.

Relativamente à habitação social, o Senhor Engenheiro Jorge Vieira disse que já foi feita a intervenção, em sete apartamentos, no seu interior, decisão articulada com a Senhora Vereadora, anteriormente em funções, porque eram casas que tinham o seu interior em muito mau estado, considerando-se mais urgente fazer a reparação da parte das pinturas, reparação de torneiras e das madeiras; a parte da cobertura é de facto a origem do problema, que tem outras implicações, não pode ser resolvida através dos nossos meios operários, os interiores puderam ser resolvidos com os meios de que dispomos. Teremos que fazer um planeamento de intervenção sistemática ao nível dos edifícios completos e não pontuais; avaliar todas as patologias existentes que estão a criar problemas a quem lá habita, estando já preparada a primeira intervenção, no primeiro Bloco na Quinta da Alâmpada, sendo posteriormente aplicada aos outros blocos, cujo valor estimado é de 50.000,00 € de acordo com a disponibilidade financeira iremos ver quantas intervenções poderão ser feitas, esperando que seja no maior número possível de edifícios de habitação social. Pretende-se abrir um concurso para essas intervenções de fundo e as pequenas reparações poderão ser feitas pelos nossos funcionários.

O Senhor Vereador José Pinto disse discordar desta metodologia, uma vez que não irá resolver os problemas existentes, pois pintar as paredes hoje e continuar a chover lá dentro, sem reparar o telhado, só irá aumentar os custos e não resolver o problema principal. Questionou de seguida sobre o preço da água e das taxas a aplicar para este ano.

O Senhor Presidente respondeu que irão falar com as empresas em causa para tratar destas e doutras questões existentes e, relativamente à constituição do Conselho de Administração da Parkurbis ainda não têm nomes, que estão a ser analisadas e depois serão divulgadas.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu, relativamente ao Protocolo do aquecimento escolar, que ele é gerido em duas fases, 40 % no primeiro período lectivo e 60% no segundo e terceiro período lectivo. A verba em causa ronda os 40.000,00 € neste segunda fase, que deverá ser paga ainda neste mês. Ainda não foi paga, porque em primeiro lugar, existe a

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

necessidade de toda a documentação financeira ser enquadrada no novo Orçamento de 2014 e, por outro lado, tem a ver com a redução das verbas disponíveis que o Município tem; referiu ainda que o saldo da execução orçamental é significativamente inferior à do ano anterior, pelo que só poderão ser pagos esses Protocolos na segunda quinzena do mês de Janeiro.

O Senhor Vereador José Pinto acrescentou ainda que não é contra que se ajude a ADE a manter a escola, a manter os postos de trabalho, o que é contra é que se pague aquilo que outros fizeram, em termos de valores astronómicos; relativamente à Junta de Freguesia da Boidobra disse que ela está a funcionar, o que não está a funcionar é a Assembleia de Freguesia.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

Foi introduzido no ponto 4. Despachos, o Despacho n.º 1, de 10/01/2014, para conhecimento.

2. APROVAÇÃO DE ACTAS

Presente acta n.º 4-A/2013 de 06/12/2013.

O Senhor Vereador Nelson Silva solicitou que fossem apensas às Actas, as Declarações de Voto entregues pelos Senhores Vereadores, para que todos possam ter conhecimento.

A Câmara deliberou retirar da ordem de trabalhos a Acta n.º 4-A/2013 de 06/12/2013, para recolha de sugestões de alteração à mesma e posterior agendamento.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à acta, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 1.052.204,56 € (um milhão, cinquenta e dois mil, duzentos e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos).

. Documentos: 3.009,20 € (três mil e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 184.370,04 € (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e setenta euros e quatro cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 867.834,52 € (oitocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos).

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

4. DESPACHOS

Foi presente à Câmara, para conhecimento, o Despacho n.º 1/2014, datado de 10 de Janeiro, do Senhor Presidente da Câmara e que determina o regime de tempo inteiro para o exercício das funções do Senhor Vereador Jorge Manual Torrão Nunes, assumidas nesta reunião, na sequência da renúncia ao respectivo mandato apresentada pela Senhora Vereadora Maria Paula Albuquerque Figueiredo Simões.

A Câmara tomou conhecimento.

5.1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Despesas de pessoal

- Orçamentação e Gestão das Despesas com pessoal – 2014

Presente informação com data de 06/01/2014, da Senhora Directora do Departamento de Administração Geral, relativa ao montante máximo de cada um dos encargos previstos na lei com despesas de pessoal no ano de 2014, matéria sobre a qual a Câmara deverá deliberar por força do disposto no n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, que adapta ao disposto no n.º 4, do art.º 7.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro à Administração Local, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, tendo em consideração as verbas inscritas nos documentos previsionais do ano de 2014, no que respeita ao recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados, com as alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções e com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço, documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias apresentou Declaração de Voto, que se transcreve: “Depois de feita a análise da proposta que nos foi apresentada, e nomeadamente “a autorização para a repetição dos encargos com pessoal, pelas topologias de despesas apresentadas:

Alínea a) do n.º 2 do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro 151.679,00 €

Alínea b) do n.º 2 do art.º 5.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro 8.000,00 €

Alínea c) do n.º 2 do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro 5.000,00 €

Uma vez que na alínea a) do n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, tem a ver “com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados”, e porque até considero a importância dos 151.679,00 € nada excessivos;

E, uma vez que na alínea b) do n.º 2 do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, tem a dotação de 8.000,00 € que considero normal, até porque esta possibilidade está congelada, mas entendo ser importante esta autorização, para que a Câmara e quem tem a responsabilidade da sua gestão, a todo o momento, poder ser possível implementar as “alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções”;

E, uma vez que a alínea c) do n.º 2 do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, tem a ver com a “atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço”, pelo que julgo, e infelizmente só para cargos Dirigentes, tem uma dotação de 5.000,00 € que considero razoável, uma vez, e como já referi, só se destinar a Cargos Dirigentes.

Como é do conhecimento do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores, aquando da aprovação do ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS, MAPA DE PESSOAL E TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ PARA 2014, abstive-me, e as razões estão plasmadas em declaração de voto.

Se, aquando da votação o Mapa de Pessoal fosse posto à votação separado de todos os outros documentos, eu, teria votado favoravelmente.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

E, porque entendo, que todas as propostas que venham a merecer a nossa apreciação e que venham introduzir melhorias aos trabalhadores do Município, razão pela qual VOTO FAVORAVELMENTE o que hoje nos é proposto.

Sugiro no entanto ao Senhor Presidente da Câmara, que possamos encontrar mecanismos, para implementarmos incentivos/prémios de desempenho a todos os trabalhadores que demonstrem ser deles merecedores.”

A Câmara, por unanimidade e de harmonia com a informação dos Serviços, tendo em consideração o descrito n.º 4 do art.º 7º. da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e no n.º 2 do art.º 5º. do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, deliberou autorizar a seguinte repartição dos encargos pela tipologia de despesas:

Alínea a) do n.º 2 do art.º 5 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro – 151.679,00 €

Alínea b) do n.º 2 do art.º 5 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro – 8.000,00 €

Alínea c) do n.º 2 do art.º 5 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro – 5.000,00 €

- Custos de pessoal – Mapa das despesas referentes a Dezembro 2012 e Dezembro 2013

Presente mapa comparativo de despesas com pessoal da Câmara Municipal da Covilhã, relativo a Dezembro de 2012 e Dezembro de 2013, documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias apresentou Declaração de Voto, que se transcreve: “ Confesso, que, ao ser confrontado com o mapa comparativo de Despesas com o Pessoal da Câmara Municipal da Covilhã, não consegui chegar a conclusões, porque, se este documento vem dar resposta ao proposto pelo Senhor Vereador Dr. Pedro Farromba, segundo creio, não se solicitou qualquer comparação com o passado.

Por outro lado, não compreendo, o que é que se pretende provar com este tipo de documento.

Há no entanto, uma realidade plasmada no mapa, que tem a ver com uma indemnização por cessação de funções de cargos dirigentes, e que envolve a quantia de 16.889,74 euros.

Quanto a esta realidade, gostaria de ter os seguintes esclarecimentos:

- a) A Dirigente a quem se pagou a referida indemnização, há quanto tempo desempenhava essas funções?
- b) Onde desempenhava, e quais as funções?
- c) Qual a remuneração que esse Dirigente auferia mensalmente?
- d) Quais os motivos que levaram à cessação de funções de cargo desse Dirigente?
- e) Essas funções são agora desempenhadas por quem?
- f) Qual a remuneração que auferia a Dirigente que presentemente desempenha essas mesmas funções?”

O Senhor Vereador Nelson Silva solicitou esclarecimentos quanto à discrepância dos valores apresentados.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu o seguinte: “Existem alterações legislativas que dificultam a comparação de meses homólogos de uns anos para o outro, porque as regras são diferentes nos respectivos anos. Em relação ao total gasto no ano de 2012 e o total gasto, com despesas com pessoal, no ano de 2013, verifica-se um aumento de custos na ordem dos 30.000,00 € no entanto essa leitura deve ser mais pormenorizada, pois no ano de 2012 não existiu o pagamento de subsídio de férias e no ano de 2013, esse pagamento existiu; existe ainda outra variável ligada à ADSE, que contrariamente ao que as pessoas pensam, quem paga essas verbas é a Câmara Municipal da Covilhã e por isso, basta que num determinado ano haja um funcionário que, infelizmente teve de ser submetido a uma intervenção cirúrgica, que dispare imediatamente os custos com o pessoal. A conclusão que podemos tirar é que existe uma redução de 200.000,00 € nas despesas com pessoal de 2012, para 2013.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba disse que quando solicitou esta informação, não fez referência a um mês específico e que talvez seja mais fácil comparar com o mês de Janeiro ou seguintes, pelo que sugere que sejam apresentados todos os meses, o mapa comparativo, para uma melhor análise da situação.

O Senhor Vereador Joaquim Matias questionou, relativamente ao aumento da percentagem a aplicar da taxa da ADSE no ano de 2014, se já há alguma indicação sobre as consequências disso, uma vez que podem vir a penalizar a Câmara Municipal.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu que “relativamente à taxa que é retida ao Município de 2,25%, aplica-se ao funcionário, é ele que paga esta taxa e por isso não trará qualquer agravamento ou desagravamento ao Município, ou seja o rendimento líquido do funcionário é que é diminuído.”

A Câmara tomou conhecimento.

b) Covibus – Revisão tarifária e subvenção prevista para 2013-2014

Presente carta da empresa COVIBUS – Transportes Urbanos da Covilhã, SA, com data de 26/11/2013, submetendo à aprovação o tarifário dos transportes colectivos urbanos a vigorar a partir de Janeiro de 2014, bem como a subvenção anual correspondente ao ano 5 da concessão, no valor estimado de 383.267,77 € e a rectificação do valor da subvenção correspondente ao ano 4 que, com base nos índices reais publicados, traduz uma redução de 19.448,92 € em relação ao montante estimado de 428.345,41 € documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias apresentou Declaração de Voto, que se transcreve: “feita que foi a análise possível do documento que nos é apresentado pela Covibus, relativo à subvenção do ano 2012-2013, respeitante ao /Ano 4) conforme se pode verificar pelo quadro que se anexa ao documento, ao substituírem os valores teóricos pelos valores reais, obtiveram um diferencial a favor do Município de 19.448,92 € valor a descontar no valor da dívida.

Referem ainda no documento, que para o próximo ano (ano 5) de 2013-2014, vão entrar em linha de conta com as previsões da COVIBUS, tal como fizeram no passado ano,

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

atendendo à incerteza que reina no que concerne à evolução dos preços dos combustíveis e também do I.P.C.

Afirmam que “iremos considerar como valores de referência:

. IPC – 1,5%

. Combustível – 4%

Estes foram os valores que tiveram em conta no cálculo do valor da subvenção para o ano 5, correspondente a 2013-2014 (1 de Setembro 2013 a 31 Agosto de 2014).”

Referem ainda, “conforme poderemos verificar no quadro anexo, a subvenção mensal a debitar ao Município será de 31.938,98 €”

Do mesmo cálculo resulta o índice de actualização de 2,375% que servirá para ajuste tarifário.

Estamos pois, perante uma proposta também de aumento médio de 2,13% segundo eles, abaixo do índice de revisão.

Refere ainda o documento que, “quanto às linhas não previstas, querem que a Câmara pague mensalmente 12.888,30 €

A Câmara deve segundo a informação por eles prestada, 148.083,12 € do ano de 2013 e para o ano de 2014 será a importância de 151.600,04 €

Senhor Presidente:

Estamos perante uma matéria, que não é de fácil análise e posicionamento na votação de uma forma responsável, sem que tenhamos a mais informação, tal como:

1 – Programa de concurso e caderno de encargos que foi o documento orientador das empresas que se candidataram;

2 – Cópia do contrato celebrado;

3 – Linhas que supostamente não estavam previstas no Programa de Concurso e Caderno de Encargos;

4 – A que se refere a subvenção mensal debitada à Câmara Municipal?

Perante as dificuldades sentidas, venho requerer que sejam prestados esclarecimentos e fornecidas cópias dos documentos referidos nos números 1 e 2.

Mais requeiro a V. Exma. se digne por à consideração do órgão a possibilidade de esta matéria ser retirada para uma cabal análise e posterior decisão.”

Disse ainda que caso o documento seja submetido à votação, votará contra a subvenção deste tarifário, porque não conhece o caderno de encargos, devendo ser responsabilizado quem fez esse caderno de encargos e não previu o transporte para todas as zonas necessárias do concelho. Na sua opinião, que tem a responsabilidade dos transportes, no Município, deve reunir com a COVIBUS, porque existem situações que devem ser corrigidas, como comportamentos incorrectos de motoristas ou locais de paragem que deveriam ser colocadas noutros sítios, por exemplo. Solicitou de novo que o documento fosse retirado.

Interveio o Senhor Vereador José Pinto afirmando a sua concordância com o Senhor Vereador Joaquim Matias, por não terem muita informação sobre o assunto, por não conhecerem os motivos dos circuitos extraordinários, bem como dos valores de referência que acha abusivos; disse que o Senhor Presidente se comprometeu publicamente em fazer uma análise a este Contrato, achando pertinente que isso aconteça, porque não poderão votar favoravelmente ou contra, sem saberem o que se está a trabalhar, fazendo ainda questão, de ter acesso ao Contrato celebrado com a COVIBUS, pelo que também votará contra o documento.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

O Senhor Vereador Nelson Silva solicitou esclarecimentos sobre se a retirada do documento trará consequências sob o ponto de vista jurídico e financeiro.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu que o que está em causa tem a ver com a subvenção que o Município está a suportar e a actualização do tarifário; as consequências financeiras que poderão advir da não aprovação do tarifário, causarão prejuízos para a empresa, que terão, ainda, que comunicar ao IMTT e à população o novo tarifário, com pelo menos 15 dias de antecedência. Os três circuitos extraordinários que aqui referem, se forem integrados nos circuitos regulares têm um custo, para o Município, muito mais reduzido, do que se forem integrados nos circuitos escolares, porque as obrigações específicas do transporte escolar, faz com que o custo inerente suba consideravelmente, obrigando a monitores dentro do autocarro, por exemplo e impediriam que qualquer cidadão pudesse viajar nessa linha.

No final de 2014, vão ser apurados os valores reais, quer da taxa de inflação, quer do aumento de combustível, e a subvenção que está neste momento a terminar, vai ser recalculada e se os valores forem inferiores, terá uma verba a reduzir se for contrário terá de pagar a diferença.

O Senhor Presidente propôs, não obstante autorizar o fornecimento dos documentos solicitados pelos Senhores Vereadores, que votassem o documento tendo em conta os prazos que a empresa tem.

O Senhor Vereador José Pinto acrescentou que os pressupostos apresentados pela empresa revelam que esta pretende ganhar muito dinheiro com este serviço, que não pode concordar.

O Senhor Vereador Joaquim Matias reafirmou que vota contra, por defender os interesses das pessoas e não os interesses de uma empresa.

A Câmara, com os votos contra dos Senhores Vereadores Joaquim Matias e José Pinto, deliberou aprovar para o ano 5 do contrato de concessão dos transportes colectivos urbanos da Grande Covilhã concessionados à COVIBUS – Transportes Urbanos da Covilhã, SA, a atribuição de subvenção no valor de 383.267,77€, aceitando a redução da despesa no montante de 19.448,92 €, correspondente à diferença entre o valor estimado e o valor real da subvenção do Ano 4, e aprovar a proposta do novo tarifário dos transportes urbanos colectivos que entrará em vigor a partir de Janeiro de 2014, nos moldes seguintes:

Passes				
	Urbana	Suburbana	Combinado	Global
7 dias	9,50 €	9,50 €	10,00 €	10,00 €
Mensal	31,50 €	31,50 €	36,50 €	36,50 €
Trimestral	78,00 €	78,00 €	95,00 €	95,00 €
Semestral	145,00 €	145,00 €	190,00 €	190,00 €
Anual	270,00€	270,00 €	380,00 €	380,00 €

Bilhetes				
Bordo	1,25 €	1,25 €	1,40 €	1,40 €

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

P 10	7,80 €	7,80 €	12,20 €	12,20 €
P 50	35,00 €	35,00 €	58,00 €	58,00 €

c) Protocolos:

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã

Presente protocolo de apoio celebrado entre o Município da Covilhã e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, tendo por objecto apoiar na aquisição do equipamento financiado pelo programa Mais Centro e transitado para o POVT, designadamente a aquisição de um veículo ligeiro limpa-neves e um veículo pesado limpa-neves, comparticipando a Câmara Municipal com o montante de 64.600,00 € documento apenso à acta.

A Câmara, por unanimidade e com a ausência do Senhor Vereador Joaquim Matias, deliberou ratificar o protocolo de apoio celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, para apoiar na aquisição do equipamento objecto de financiamento celebrado com o Mais Centro e transitado para o POVT, designadamente a aquisição de um veículo ligeiro limpa-neves e um veículo pesado limpa-neves, comparticipando a Câmara Municipal com o montante de 64.600,00 €

Presente protocolo de apoio celebrado entre o Município da Covilhã e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, tendo por objecto subsidiar o resultado de exploração de 2013, comparticipando a Câmara Municipal com o montante de 40.000,00 € documento apenso à acta.

A Câmara, por unanimidade e com a ausência do Senhor Vereador Joaquim Matias, deliberou ratificar o protocolo de apoio celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, para subsidiar o resultado de exploração de 2013, comparticipando a Câmara Municipal com o montante de 40.000,00 €

- Associação de Socorros Mútuos “Mutualista Covilhanense”

Presente protocolo de apoio celebrado entre o Município da Covilhã e a Associação de Socorros Mútuos “Mutualista Covilhanense”, tendo por objecto apoiar o Programa de Emergência Social durante o ano de 2014, comparticipando a Câmara Municipal com o montante de 30.000,00 € documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Pedro Farromba referiu que no considerando n.º 2 do Protocolo, consta que a Câmara Municipal pretende apoiar a Associação, no âmbito do Plano de Actividades, que não lhes foi apresentado. Diz também na cláusula 1.ª diz que o Protocolo de Colaboração visa “definir a finalidade do apoio financeiro a deliberar na primeira reunião do executivo de 2014, que se destina a apoiar o Programa de Emergência Social ...durante o ano de 2014”; estamos a ratificar um Protocolo no qual não constam os documentos que nele são expressos, perguntando onde estão estes documentos. Questionou ainda o porquê do apoio financeiro de 30.000,00 € a esta instituição, quando no ano de 2011 adquiriu uma

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

Gráfica, no ano de 2012 teve 12.000,00 € de resultados líquidos positivos, quando temos muitas outras colectividades que desesperam por um apoio e que não têm resultados líquidos positivos.

Requeru que lhe fosse fornecido o processo e indicado qual foi o critério definido para a atribuição deste apoio a esta Associação, em detrimento de outras que também tenham solicitado apoio financeiro, e questionou se não é obrigatório o Plano de Actividades da Associação e, neste caso, o Programa de Emergência Social, constarem em anexo do Protocolo.

O Senhor Presidente referiu: “Recordo que nunca nenhum Protocolo veio acompanhado do Plano de Actividades, nem qualquer outra informação suplementar, por isso estranho essa sua estranheza!

O critério é fácil de referir, pois no projecto sufragado pelos Covilhanenses, foi reiteradamente referido a vontade, o ensejo, a firme vontade de ajudar as Associações que têm feito um trabalho de colaboração com as IPSS, nomeadamente esta instituição, e tal como a Santa da Casa, as Conferências Vicentinas, etc.

O Programa apresentado é muito bem elaborado, por uma associação que, para além do que já referi, presta aos Covilhanenses inestimáveis serviços, um sítio onde qualquer Covilhanense que tenha fome, tem sítio para comer uma refeição quente. Este, para além de outros critérios que possam existir, é uma razão fundamental para lhe dar um apoio desta natureza. Tem um programa mais vasto, mais integrado no domínio da acção social.

Entrevei-o o Senhor Vice-Presidente Carlos Martins dizendo que “sobre o protocolo assinado com a Associação dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, foi este Executivo juntamente com os Órgãos Sociais dos Bombeiros que permitiram, correndo o risco de perder as verbas dos fundos comunitários, para a aquisição das duas viaturas, resolvendo um problema que persistia há muito. A Câmara anterior não celebrou o Protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, pelas razões que todos conhecemos.

Relativamente à Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense, que é uma instituição que muito tem dado aos Covilhanense, principalmente aos mais carenciados, também não foi dado qualquer tipo de apoio, não apenas financeiro, mas também no apoio logístico. A verdade é que houve uma perseguição por parte da Câmara anterior, relativamente à pessoa que preside aquela instituição. É bom lembrar que a Associação de Socorros Mútuos tem neste momento, uma farmácia social ao dispor de todos aqueles que estão inseridos naquela comunidade, bem como a todos aqueles que necessitam de adquirir medicamentos e não têm posses para o fazer, e que teve também muitos entraves por parte do Executivo anterior, para a sua concretização.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba respondeu que votou a favor da celebração do Protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros da Covilhã e que, por isso, não entende as razões invocadas.

Relativamente à Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense, disse não estar contra o apoio, apenas pretende perceber o critério utilizado e o porquê de ser esta instituição e não outra.

O Senhor Presidente referiu que vivemos num período de grande emergência social e que existem prioridades; não poderemos contemplar todas as IPSS de uma só vez.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

O Senhor Vereador José Pinto acrescentou o seguinte: “ Para tornar claro todos os critérios e sabermos para que efeitos estamos a tê-los e, tal como já referi noutras reuniões, temos que encontrar uma forma de fazer um cruzamento de dados, ou seja, a experiência diz-me que se há pessoas que necessitam, há outros que não fazem mais do que pedir às Conferências Vicentinas para apoio do pagamento dos recibos da água e da luz, alguns alimentos, etc., depois vão à Associação Mutualista e recebem refeições, vêm à Câmara Municipal e recebem cabazes de Natal, portanto recebem em duplicado ou em triplicado, porque não existe uma Base de dados que identifique as pessoas e que todas as instituições que têm esta função, saberem se já lhes foi atribuída algum apoio ou não. Obrigue-se a todas as instituições a sentarem-se à mesma mesa, para criarem uma base de dados conjunta, que permita que todos tenham informação do que é que é atribuído e a quem.”

O Senhor Presidente disse que esta questão é pertinente, para se poderem evitar eventuais abusos e ajudar um maior número de pessoas.

O Senhor Vereador Joaquim Matias acrescentou que concorda com o que o Senhor Vereador José Pinto referiu, porque este cruzamento é uma realidade e é fácil de o fazer hoje, para que se possam contemplar mais pessoas carenciadas.

Referiu que sempre quis que os Planos de Actividades das Associações fossem apresentados, apesar de saber que alguns deles não eram executados e relativamente ao Protocolo da Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense, acha que o Programa de Emergência Social veio retirar 30.000,00 € ao Orçamento da Câmara Municipal da Covilhã, lembrando que disse ser uma verba insignificante para o Programa da Acção Social, tendo em conta as dificuldades das famílias; acha ser importante para o Executivo que todos tenham uma cópia do Plano de Emergência Social da Associação de Socorros Mútuos, para poderemos ajudar os municípios a resolver os seus problemas.

Quando apresentou ao Senhor Presidente o requerimento sobre os cabazes de Natal, é porque conhece uma família altamente carenciada, em Aldeia do Souto, com focos de pobreza e de fome, que nunca foi ajudada por não ter apoiado o actual Presidente da Junta; solicitou que estas questões tivessem uma atenção especial, porque temos a obrigação de olhar para toda a gente da mesma maneira.

O Senhor Presidente incumbiu os serviços responsáveis de fornecerem uma cópia do Plano de Emergência Social da Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense, a todos os Vereadores.

A Câmara, por unanimidade, deliberou ratificar o protocolo de apoio celebrado com a Associação de Socorros Mútuos “Mutualista Covilhanense”, para apoiar o Programa de Emergência Social durante o ano de 2014, participando a Câmara Municipal com o montante de 30.000,00 €

d) Contratos de Promessa de Compra e Venda celebrados com a SRU – proposta de alteração

Presente informação n.º 5, datada de 06/01/2014, do Serviço de Património Municipal, propondo a aprovação de adendas aos diversos contratos promessa de compra e venda, celebrados com a Nova Covilhã, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M.,

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

designadamente à cláusula 2.^a que passará a ter a seguinte redacção: “A escritura será realizada até ao dia 31/12/2014”, documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias apresentou Declaração de Voto, que se transcreve: “ A análise deste documento suscitou-me algumas dúvidas:

- Se a alteração da cláusula 2.^a que passará a ter a seguinte redacção: “A escritura será realizada até ao dia 31/12/2014.”

Pretendo saber o seguinte:

- Foram consultados todos os proprietários?

- Todos eles estão de acordo, e os montantes envolvidos não se vão alterar, em função da alteração dos prazos?

No documento, apreço então o Vice-Presidente da Câmara como o Prominente comprador e os Prominentes vendedores os Senhores Vitor Manuel Pinheiro Pereira – Presidente da Câmara Municipal e Jorge Manuel Galhardo de Matos Vieira – Director do Departamento de Obras,

Depreendo, que todas as fracções já estão em nome da SRU, e o que se pretende é agora transferir esse património para o Município.

Pergunto:

Se assim é, há algum deste património na listagem dos imóveis para alienação no plano e Orçamento para o ano de 2014?”

A Dr.^a Graça Robbins esclareceu que quem irá outorgar a escritura serão os legais representantes das partes e o que está para aprovação é a alteração de uma das cláusulas dos contratos já celebrados.

O Senhor Dr.^o Júlio Costa acrescentou também, que foi acordado com a Nova Covilhã, proprietária dos edifícios, vender ao Município da Covilhã, um conjunto de edifícios. Nesse Contrato Promessa de Compra e Venda estavam determinadas datas, até às quais deveriam ser celebradas as escrituras e ao alterar-se esta cláusula, a data de escritura de compra e venda, passa a ter um limite de 31/12/2014.

O Município tem na sua posse Contratos Promessa de Compra e Venda celebrados com a Nova Covilhã com um valor 1.600 mil euros, que aguardam a celebração da escritura. A Nova Covilhã está numa face de liquidação e após a sua liquidação, todo o seu património, quer obrigações, quer direitos, é integrado no património do Município, pelo que não seria pertinente estar a fazer a transmissão deste montante para a SRU, quando a seguir irá reverter para o Município da Covilhã. Não existem dívidas para com proprietários iniciais dos edifícios.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a celebração de adendas aos Contratos de Promessa de Compra e Venda, celebrados com a Nova Covilhã, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., no sentido de alterar o texto da cláusula 2.^a que passará a ter a seguinte redacção: “A escritura será realizada até ao dia 31/12/2014.”

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

e) Aumento temporários de Fundos Disponíveis

Presentes propostas do Serviço de Contabilidade para autorização municipal de aumento temporário de fundos disponíveis, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 1 e n.º 2 do art.º 6.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, de harmonia com as justificações insertas nas referidas propostas, documentos apensos à acta.

O Senhor Vereador Nelson Silva questionou sobre o conteúdo do Protocolo celebrado com os Taxistas, por não conhecer o documento.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu que é um Protocolo anual, renovável, com o objectivo de divulgar a imagem da cidade.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse estar de acordo com o princípio do Protocolo celebrado, mas como o actual executivo não concorda com o logotipo existente, questiona quem irá suportar os custos da alteração dos mesmos, se serão os taxistas ou o Município.

O Senhor Vereador José Pinto acrescentou ainda a seguinte questão: “Se é pertinente continuar-se a utilizar o valor, para este fim; são os taxistas, aqueles que mais publicitam a cidade?”

O Senhor Presidente respondeu que os taxistas da Covilhã são os cicerones da cidade, que mostram a simpatia da cidade, são o primeiro impacto visual daqueles que nos visitam. Solicitou que numa outra reunião fosse debatido este assunto, uma vez que não é isto que agora está para ser deliberado.

O Senhor Vereador José Pinto colocou ainda a seguinte questão: “Quando estamos a fazer uma afetação de valores para estas rubricas, é porque a Lei assim o obriga? Porque é que estamos a afectar uma verba, que pode ser necessária para outra necessidade?”

O Senhor Dr. Júlio Costa acrescentou e explicou que a Lei obriga ao aumento dos fundos disponíveis, pois existem um conjunto de compromissos que se vão estender ao longo do ano e como eles não dependem do consumo, têm que ser comprometidos no início do ano; no fundo é para não sobrecarregar este primeiro período do ano, com despesas que só irão ocorrer ao longo do ano.

Em relação ao Protocolo, este não está a ser revogado pela Câmara Municipal, tendo que ser comprometida a respectiva verba; quando a Câmara decidir que quer revogar o Protocolo essa verba fica, automaticamente, disponível e descomprometida.

O Senhor Vereador Joaquim Matias sugeriu que, no âmbito do turismo, fosse elaborado um *Kit* para ser distribuídos pelos taxistas e que servisse de divulgação da cidade da Covilhã.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar as propostas apresentadas autorizando o aumento temporário dos fundos disponíveis, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 1 do art.º 6.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.

f) Constituição de Fundos de Maneio

Presente a informação nº. 01/2014, de 02/01/2014, da Secção de Contabilidade, que tendo em vista uma maior operacionalidade dos serviços para fazerem face a pequenas despesas de funcionamento corrente, propõe a aprovação da constituição dos fundos de maneio constantes do anexo II ao Regulamento Interno de Fundos de Maneio aprovado em reunião de 04/01/2013, documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Nelson Silva questionou se o Fundo de Maneio se mantém com as mesmas condições do ano de 2013.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu que o Fundo de Maneio se mantém nas mesmas condições que finalizaram no ano de 2013, acrescentando dois novos Fundos de Maneio: um que tem a ver com a prestação de serviços na Divisão de Obras, no valor de 2.000,00 € mensais, que vai permitir a Divisão de Obras poder resolver questões rápidas e de baixo valor; e outro no valor de 100,00 € mensal para a Secção de Comunicação e Relações Públicas, para servir de apoio a alguma aquisição urgente, no decorrer de algum evento.

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar a constituição de fundos de maneio, tendo em vista uma maior operacionalidade dos serviços para fazerem face a pequenas despesas de funcionamento corrente.

5.2. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Receções definitivas

- Construção da Piscina Praia da Covilhã

A coberto da informação n.º 517, de 17/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do senhor Vereador José Pinto e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de recepção definitiva da obra de construção da Piscina Praia da Covilhã.

- Construção da rede de águas/rede de esgotos na EM 501 entre Gibraltar e Alto de S. Gião

A coberto da informação n.º 514, de 13/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de recepção definitiva da obra de construção da rede de águas/rede de esgotos na EM 501 entre Gibraltar e Alto de S. Gião.

- Marcação de vias no concelho da Covilhã

A coberto da informação n.º 515, de 16/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de recepção definitiva da obra de marcação de vias no concelho da Covilhã.

b) Receções provisórias

- Obra de fornecimento e montagem de posto de seccionamento no Complexo Desportivo da Covilhã

A coberto da informação n.º 64, de 13/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de fornecimento e montagem de posto de seccionamento no Complexo Desportivo da Covilhã, onde se conclui poder ser recebida.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de fornecimento e montagem de posto de seccionamento no Complexo Desportivo da Covilhã.

- Fornecimento e montagem de iluminação cénica – sistema RGB no edifício principal da Câmara Municipal da Covilhã

A coberto da informação nº. 63, de 13/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de fornecimento e montagem de iluminação cénica – sistema RGB no edifício principal da Câmara Municipal da Covilhã, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de fornecimento e montagem de iluminação cénica – sistema RGB no edifício principal da Câmara Municipal da Covilhã.

- Requalificação da Ribeira do Porsim, em Sobral de S. Miguel – 1.ª fase

A coberto da informação nº. 488, de 06/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória parcial da obra de requalificação da Ribeira do Porsim, em Sobral de S. Miguel – 1.ª Fase, onde se conclui poder ser recebida.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou esclarecimentos sobre a obra, nomeadamente quais foram os trabalhos a menos e qual o ponto da situação da mesma.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira esclareceu que a 2.ª fase desta obra não foi posta a concurso para execução de obra, só houve intenção de executar a 1.ª fase que tem financiamento comunitário aprovado, num valor máximo de 200.000,00 € e a obra foi subdividida em duas fases, para que esta primeira fase encaixasse no limite máximo do financiamento. Os trabalhos a menos foi uma opção que foi feita em obra, que não pôs em causa o objectivo da primeira fase da obra, que era a requalificação da zona dos banhos, a chamada praia fluvial.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou então, que esta matéria fosse retirada da Ordem de Trabalhos e que lhe fosse presente uma informação detalhada sobre esta obra.

A Câmara deliberou retirar o assunto para posterior agendamento.

- Execução de infra-estruturas eléctricas subterrâneas de ampliação da rede de distribuição de baixa tensão no Complexo Desportivo da Covilhã

A coberto da informação nº. 65, de 13/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de execução de infra-estruturas subterrâneas de ampliação da rede de distribuição de baixa tensão no Complexo Desportivo da Covilhã, onde se conclui poder ser recebida.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de execução de infra-estruturas subterrâneas de ampliação da rede de distribuição de baixa tensão no Complexo Desportivo da Covilhã.

- Execução de colectores de águas pluviais e residuais na Freguesia do Canhoso

A coberto da informação n.º 509, de 12/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de execução de colectores de águas pluviais e residuais na Freguesia do Canhoso, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de execução de colectores de águas pluviais e residuais na Freguesia do Canhoso.

c) Contas finais

O Senhor Vereador Joaquim Matias questionou o Senhor Presidente sobre o porquê de haver empreitadas adjudicadas em 2009, com um prazo de execução de 30 dias, por exemplo, e que só agora vem à Câmara a Conta Final, o porquê de estes processos se arrastaram por tanto tempo.

O Senhor Engenheiro Jorge Vieira disse que esta situação é verdadeira, porque é o resultado da desorganização do serviço que existia no Departamento de Obras e que agora está a ser reestruturado e a “por em ordem”.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou, na sequência da informação prestada, que acha ser muito pertinente, que o Departamento de Obras elaborasse um relatório sobre esta situação, para que todos possam saber o montante de desorganização que existia. Pretende que nesse relatório estejam plasmadas todas as obras adjudicadas, que ainda não têm recepções definitivas, contas finais e os prazos de execução das mesmas.

- Execução de valetas num troço da Estrada Municipal 502 (acesso a Vale Formoso)

A coberto da informação n.º 499, datada de 10/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de execução de valetas num troço da Estrada Municipal 502 (acesso a Vale Formoso), cujos trabalhos totalizam 13.363,80 €

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar a conta final da empreitada de execução de valetas num troço da Estrada Municipal 502 (acesso a Vale Formoso).

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

- Fornecimento e montagem de Posto de Seccionamento do Complexo Desportivo da Covilhã

A coberto da informação n.º 68, datada de 18/12/2013, da Divisão de Serviços Operativos, foi presente a conta final da empreitada de fornecimento e montagem de Posto de Seccionamento do Complexo Desportivo da Covilhã, cujos trabalhos totalizam 15.467,50 €

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar a conta final da empreitada de fornecimento e montagem de Posto de Seccionamento do Complexo Desportivo da Covilhã.

- Fornecimento e aplicação de guardas de segurança no Caminho da Baiuca e Beringueira, Freguesia do Canhoso

A coberto da informação n.º 510, datada de 12/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de fornecimento e aplicação de guardas de segurança no Caminho da Baiuca e Beringueira, Freguesia do Canhoso, cujos trabalhos totalizam 22.196,40 €

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar a conta final da empreitada de fornecimento e aplicação de guardas de segurança no Caminho da Baiuca e Beringueira, Freguesia do Canhoso.

- Fornecimento e aplicação de guardas de segurança na EM 513, entre as Freguesias do Dominguiso e Tortosendo

A coberto da informação n.º 511, datada de 12/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de fornecimento e aplicação de guardas de segurança na EM 513, entre as Freguesias do Dominguiso e Tortosendo, cujos trabalhos totalizam 8.480,80 €

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar a conta final da empreitada de fornecimento e aplicação de guardas de segurança na EM 513, entre as Freguesias do Dominguiso e Tortosendo.

- Execução de infra-estruturas eléctricas subterrâneas de ampliação da rede de baixa tensão no Complexo Desportivo da Covilhã

A coberto da informação n.º 67, datada de 18/12/2013, da Divisão de Serviços Operativos, foi presente a conta final da empreitada de execução de infra-estruturas eléctricas subterrâneas de ampliação da rede de baixa tensão no Complexo Desportivo da Covilhã, cujos trabalhos totalizam 30.372,39 €

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar a conta final da empreitada de execução de infra-estruturas eléctricas subterrâneas de ampliação da rede de baixa tensão no Complexo Desportivo da Covilhã.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

- Fornecimento e montagem de iluminação cénica – sistema RGB no edifício principal da Câmara Municipal da Covilhã

A coberto da informação n.º 66, datada de 18/12/2013, da Divisão de Serviços Operativos, foi presente a conta final da empreitada de fornecimento e montagem de iluminação cénica – sistema RGB no edifício principal da Câmara Municipal da Covilhã, cujos trabalhos totalizam 59.991,00 €

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar a conta final da empreitada de fornecimento e montagem de iluminação cénica – sistema RGB no edifício principal da Câmara Municipal da Covilhã.

d) Plano de trabalhos/cronograma financeiro

- Requalificação da Ribeira do Porsim, em Sobral de S. Miguel – 1.ª fase

A coberto da informação n.º 358, datada de 18/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente, um novo plano de trabalhos/cronograma financeiro, da empreitada de requalificação da Ribeira do Porsim, em Sobral de S. Miguel – 1.ª Fase, face aos desvios ocorridos e à respectiva suspensão dos trabalhos, deliberada em reunião de Câmara de 13 de Setembro, para aprovação.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou esclarecimentos sobre a obra.

A Câmara deliberou retirar o assunto para posterior agendamento.

e) Plano de Segurança e Saúde

- Reconstrução de muro de suporte e execução de drenagem no Bairro da Biquinha

Presente a informação n.º 502, datada de 11/12/2013, da Divisão de Obras, que propõe a aprovação do Plano de Segurança e Saúde da empreitada de reconstrução de muro de suporte e execução de drenagem no Bairro da Biquinha, adjudicada à empresa Opsan – Sociedade de Construção, Lda.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar o Plano de Segurança e Saúde da empreitada de reconstrução de muro de suporte e execução de drenagem no Bairro da Biquinha.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

f) Procedimentos contratuais adoptados quanto ao cumprimento dos prazos contratuais nas empreitadas

A coberto da informação n.º 506, datada de 11/12/2013, da Divisão de Obras, foi presente uma informação escrita do Senhor Engenheiro Leopoldo Santos e do respectivo Chefe de Divisão de Obras, Engenheiro Carlos Santos, para os devidos esclarecimentos solicitados pelo Executivo em reunião de Câmara de 06 de Dezembro de 2013, no sentido de esclarecer sobre a eventual existência, durante o mandato autárquico anterior, de orientações dadas aos empreiteiros para efectuarem paragens dos trabalhos das suas empreitadas para realizarem outros trabalhos distintos, em outros locais do concelho, daí resultando períodos de paragem das obras que se traduzem em atrasos e incumprimento dos prazos contratuais, na qual é devidamente informado que nunca deram qualquer informação aos empreiteiros nesse sentido.

A Câmara tomou conhecimento.

g) Relatório sobre a situação de cumprimento do prazo contratual nas empreitadas em curso

Presente informação n.º 513, datada de 13/12/2013, da Divisão de Obras, na qual foi apenso relatório sobre a situação de cumprimento do prazo contratual nas empreitadas em curso, acompanhado de quadro informático sobre cada empreitada, contendo a identificação da mesma, o respectivo Adjudicatário, o valor adjudicado, o prazo contratual, a data da consignação, o total das prorrogações de prazo aprovadas, o valor das multas por incumprimento aplicadas e aprovadas, bem como o valor das multas a aplicar sobre o incumprimento nesta data, devidamente justificado.

A Câmara tomou conhecimento.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

5.3 – DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

Não existem documentos agendados neste departamento.

5.4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

a) Processo n.º 466 – Planilote – Empreendimentos Imobiliários, Lda. - Auto de Recepção Definitiva parcial de obras de urbanização

Presente o auto de Recepção Definitiva Parcial das obras de urbanização apenso ao Processo n.º 466 – Planilote – Empreendimentos Imobiliários, Lda., propondo, nos termos do disposto nos artigos 227.º e 228.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 02 de Março, ser recebido.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Pedro Farromba e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de recepção definitiva parcial das obras de urbanização relativas ao processo n.º 466 – Planilote – Empreendimentos Imobiliários, Lda.

b) Processo n.º 446 – Soc. Imobiliária Qt.ª Branca, Lda. - Auto de Recepção Definitiva parcial de obras de urbanização

Presente o auto de Recepção Definitiva Parcial das obras de urbanização apenso ao Processo n.º 446 – Soc. Imobiliária Qt.ª Branca, Lda., propondo, nos termos do disposto nos artigos 227.º e 228.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 02 de Março, ser recebido.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Pedro Farromba e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de recepção definitiva parcial das obras de urbanização relativas ao processo n.º 446 – Soc. Imobiliária Qt.ª Branca, Lda.

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Apoio

Sociedade de São Vicente de Paulo – Conselho de Zona da Covilhã

Presente a proposta n.º 10/2013, datada de 27/11/2013, da Senhora Vereadora Doutora Maria Paula Simões, que no âmbito da política de acção social desenvolvida pelo Município em conjugação com as Conferências Vicentinas do Concelho, com o objectivo de ajudar as famílias mais carenciadas, propõe a atribuição de um subsídio ao Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade de S. Vicente de Paulo, para apoio nas despesas inerentes à água, luz, gás, medicamentos e alimentação, entre outras, realizadas no mês de Outubro de 2013, no valor de 1.200,00 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou conceder ao Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade de S. Vicente de Paulo um subsídio no valor de 1.200,00 €, para apoio nas despesas realizadas no mês de Outubro de 2013, inerentes à água, luz, gás, medicamentos, alimentação, entre outras, das famílias mais carenciadas, no âmbito da política de acção social desenvolvida pelo Município.

Sociedade de São Vicente de Paulo – Conselho de Zona da Covilhã

Presente a proposta n.º 18/2013, datada de 18/12/2013, da Senhora Vereadora Doutora Maria Paula Simões, que no âmbito da política de acção social desenvolvida pelo Município em conjugação com as Conferências Vicentinas do Concelho, com o objectivo de ajudar as famílias mais carenciadas, propõe a atribuição de um subsídio ao Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade de S. Vicente de Paulo, para apoio nas despesas inerentes à água, luz, gás, medicamentos e alimentação, entre outras, realizadas no mês de Novembro de 2013, no valor de 1.265,00 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou conceder ao Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade de S. Vicente de Paulo um subsídio no valor de 1.265,00 €, para apoio nas despesas realizadas no mês de Novembro de 2013, inerentes à água, luz, gás, medicamentos, alimentação, entre outras, das famílias mais carenciadas, no âmbito da política de acção social desenvolvida pelo Município.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

Não existem documentos agendados neste departamento.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

O Senhor Presidente propôs que a próxima reunião de Câmara fosse alterada do dia 17 de Janeiro de 2014, para o dia 24 de Janeiro de 2014, para uma melhor organização dos serviços e preparação da mesma, em virtude da reunião do dia 03 de Janeiro ter sido também alterada, encurtando os dias entre a realização destas, publicitando a sua alteração por Edital, nos locais habituais.

A Câmara aprovou a alteração da data da reunião ordinária pública do dia 17 de Janeiro de 2014, para o dia 24 de Janeiro de 2014.

ACTA DA REUNIÃO DE 10/01/2014

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas por unanimidade, com excepção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 12:12 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 137.065,00 €

O Presidente, _____

A Directora do Departamento de Administração Geral _____